

Etnográfica VII(1):227-28, 2003

PAUL DRESCH, WENDY JAMES,  
E DAVID PARKIN (ORGS.)

**ANTHROPOLOGISTS IN A WIDER WORLD**  
Oxford/Nova Iorque, Berghahn Books, 2000.

*Anthropologists in a Wider World* é um conjunto de doze artigos que resultaram de apresentações feitas durante um seminário sobre questões relacionadas com o “trabalho de campo”, em Setembro de 1997, no Instituto de Antropologia Social e Cultural, Universidade de Oxford. Trata-se de um livro que pode ser visto por dois ângulos diferentes, embora complementares: por um lado, pelo interessante conteúdo da maior parte dos seus artigos e, por outro, pelo facto de nele se revelar a transição que ocorre neste momento em Oxford entre uma “velha” geração de antropólogos ainda herdeira do legado de Evans-Pritchard e uma outra moderna e disposta a trazer a antropologia para terrenos mais contemporâneos. No livro é nítido o contraste entre o testemunho de quem sai e o de quem entra (alguns dos nomes que para ele contribuíram retiraram-se entretanto da vida académica activa).

O tema central é o da relação do(a) antropólogo(a) com o trabalho de campo e o modo como esta evolui ao longo da sua vida profissional, assim como o facto de o(a) antropólogo(a) ter de enfrentar a inelutável verdade de o “trabalho de campo” hoje não significar o mesmo que há trinta ou quarenta anos atrás. Este já não pode ser visto como um exclusivo da profissão antropológica ou como a sua essência. Outra das questões interessantes emergentes no livro é a da relação antropológica dos participantes com o seu “objecto” de estudo, quer seja uma determinada área geográfica ou um grupo particular de pessoas, a qual evoluiu, nalguns casos, ao longo de mais de quarenta anos.

O livro possui doze capítulos, sendo cada um o contributo de um dos doze participantes (não quero ver aqui nenhuma simbologia relacionada com a última ceia). As experiências descritas variam substancialmente e nem todas interessarão igualmente a um mesmo leitor, mas em todas elas há aspectos apelativos para quem se interesse pelas questões de auto-reflexividade na profissão antropológica.

Peter Rivère, o primeiro antropólogo a ensinar sobre a Amazónia num departamento de antropologia no Reino Unido e recentemente retirado da vida académica activa, escreve sobre o contraste

entre a sua experiência etnográfica com os índios Trio, na zona de fronteira do Brasil com o Suriname, e a sua curta experiência com os criadores de gado de Roraima, no norte do Brasil. Numa altura em que na antropologia se discute sobretudo a maneira como o género, a posição social, a “raça” ou “eticidade” do antropólogo interferem na maneira como realiza o seu trabalho, Rivière mostra-nos a importância da reacção do grupo estudado em relação ao antropólogo que vem de fora para saber coisas. No seu caso, embora os factores pessoais fossem essencialmente os mesmos em ambas ocasiões, a reacção dos observados foi totalmente diferente e determinou num caso o sucesso e noutra o insucesso do empreendimento. Enquanto os índios Trio o acolheram como alguém que nada sabia daquele mundo e a quem tudo tinha de ser ensinado para sobreviver, e, portanto, como um inferior, os “cowboys” de Roraima acolheram-no como um estranho que vinha de um mundo exterior cuja existência eles já conheciam. Além disso, sabiam que o mundo urbano exterior os considerava atrasados e campónios, o que os fazia desconfiar de qualquer estranho que viesse da cidade. Rivière era frequentemente tratado por “doutor” e visto pelos vaqueiros e rancheiros como um sujeito educado e de maneiras urbanas, alguém a quem não podiam, portanto, confiar os seus segredos mais íntimos. Isso fez com que ele nunca conseguisse realmente penetrar no seu mundo, o que se reflectiu na menor qualidade do seu trabalho quando comparado com a sua etnografia sobre os Trio.

Além do ensaio de Rivière, outros merecem destaque, como por exemplo o de Michael O’Hannon sobre o seu trabalho entre os Wahgi da Papuásia-Nova Guiné, o qual chama a atenção para a diferença entre o relato que os seus informantes faziam das guerras intertribais e aquilo que ele realmente observou quando por acaso teve oportunidade de presenciar um desses conflitos – a diferença entre a guerra “contada” e a guerra “observada”.

O ensaio de Wendy James traz-nos o relato da sua relação de décadas com algumas comunidades falantes de Uduk na zona de fronteira entre o Sudão e a Etiópia, assim como a história da evolução dessa relação à medida que a sua carreira de antropóloga foi evoluindo. O mesmo se aplica ao ensaio de David Parkin, que descreve a sua longa relação, mais de quarenta anos, com algumas popu-

lações da África Oriental, nomeadamente os Giriama e algumas comunidades falantes de Suaíli. Paul Dresch (no meu entender o que mais procura mimetizar Evans-Pritchard) oferece-nos, num estilo algo oxoniano tradicional, algumas considerações mais ou menos interessantes sobre a “verdade” e as “vulnerabilidades” do trabalho de campo no Médio Oriente, em particular no Lémen, por onde tem andado ao longo de mais de uma década.

A nova geração de Oxford traz-nos os ensaios de Frank Pieke e de Marcus Banks. O primeiro chama-nos a atenção para o importante papel da “sorte” (*serendipity*) no desenlace da pesquisa antropológica, a qual quis no seu caso que presenciasse o massacre de Tiananmen e as convulsões políticas à sua volta. O seu percurso como antropólogo profissional foi assim condicionado por factores não intencionais e inesperados mas que acabaram por conduzir a bons resultados. Banks mostra-nos como a sua relação de quinze anos com os gujarates de Leicester, Inglaterra, e de Jamnagar, Índia, foi evoluindo de uma observação mais geral para uma cada vez mais particular, revelando que quanto maior é o detalhe com que se investiga mais difícil se torna relacionar o que se encontra com o quadro geral a que pertence. Ao contrário de uma construção definitiva, o trabalho antropológico é-nos apresentado como uma construção em movimento, sujeita a desvios, avanços e recuos, em que o etnógrafo vai reajustando a sua posição em relação aos objectos que analisa.

Também pertencentes à nova geração, Roger Goodman e Louella Matsunaga trazem-nos relatos interessantes sobre a sua experiência de trabalho de campo na sociedade japonesa, uma sociedade com uma longa tradição literária de “teorias” de niponeidade (*Nihonjinron*) em que o estrangeiro (*gaijin*) é sempre construído como um “outro” incapaz de fazer parte da comunidade, mesmo após muitos anos de integração. Matsuella, em particular, fala-nos da sua experiência de “ocidental” casada com um japonês, oferecendo-nos entre outros exemplos a forma como foi atendida num hospital público japonês quando teve um aborto espontâneo e as implicações que esse acontecimento teve no seu relacionamento com a sociedade japonesa, em particular com os parentes do marido. A sua etnografia revela a dificuldade que o antropólogo sente em se distanciar suficientemente da realidade que tem de descrever quando,

ao mesmo tempo, a sua vida faz parte dessa mesma realidade.

Para os mais interessados em etnomusicologia, Héléne La Rue escreve sobre a especificidade do trabalho de campo nesta área e sobre a relação da “construção” museológica com os objectos representados e a sua “cultura”.

Finalmente, Robert Barnes e Nicholas Allen escrevem sobre as suas experiências de trabalho de campo na Indonésia e no Tibete, respectivamente. O ensaio de Barnes é curto e basicamente descreve as várias viagens de trabalho que fez à Indonésia para estudar os ké dang e os lamalera, enquanto o ensaio de Allen nos traz a sua experiência enquanto antropólogo linguista (uma categoria rara em Oxford) no Tibete. Allen apresenta alguns argumentos interessantes “contra” a necessidade do trabalho de campo como peça fundamental da profissão antropológica. O leitor mais conhecedor encontrará no seu ensaio um pendor claramente durkheimiano e maussiano, em que a defesa do “antropólogo de poltrona” vem ao de cima (não é por acaso que N. Allen é um dos principais animadores do centro de estudos durkheimianos de Oxford).

No seu conjunto, este livro recomenda-se a todos os estudantes de antropologia social, pois a sua leitura pode ser feita em vários níveis. Aqueles que se interessam pela história da antropologia social britânica não podem deixar de olhar para este livro como um documento importante para perceber o que se passa neste momento com a antropologia em Oxford.

Luís Batalha  
Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas